

Sessão do CO em 22/10 refletiu preocupação da comunidade com 13º salário. Chapão propôs reunião extra para aprovar orçamento 2021

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do Chapão Sintunesp/Associações, este boletim traz um apanhado sobre as discussões e encaminhamentos da sessão do Conselho Universitário (CO), de 22/10/2020, realizada virtualmente por meio do *Google Meet*. Entre os itens que constavam na pauta, destaque para os relacionados à pandemia de Covid-19 e à situação financeira da Universidade. Membros do Chapão questionaram situação do 13º salário deste ano, tema que tem causado apreensão nos *campi*. Eles também apresentaram a proposta de uma reunião extra do Conselho Universitário para discutir e fechar o orçamento do próximo ano também. Confira a seguir:

Pandemia e Universidade

Assim como tem feito nas últimas reuniões dos colegiados centrais, a presidente do Comitê Unesp Covid-19, a médica Ludmila Cândida de Braga, deu informes sobre o tema. Ela falou sobre o plano de retomada das atividades presenciais nas unidades, lembrando a importância do papel das diretorias e coordenadorias executivas em avaliar a situação local de acordo com as regras estabelecidas pelo Comitê. Ela informou que 93% das aulas de graduação estão sendo dadas remotamente, enquanto na pós-graduação esse número é 85%.

Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações questionaram se o sistema de testagem “pool de saliva”, organizado pelo HC de Botucatu, poderia atender à demanda de toda a Universidade. Também indagaram se o Comitê tem o levantamento de quantas unidades já retornaram ao trabalho presencial. Sobre a testagem, a médica afirmou que o HC tem capacidade instalada para atender a todas as unidades e que houve uma reunião com os diretores de unidade para a apresentação do projeto. Ela disse, também, que há outras unidades trabalhando para oferecer a testagem por saliva, aumentando assim a capacidade de atendimento à demanda. Sobre a volta presencial, a Dra. Ludmila frisou não ter os números de pessoas e unidades que já retornaram, conforme estabelecido no Plano Unesp de retomada; no caso dos cursos de Medicina e Enfermagem da FM de Botucatu, o retorno vem sendo gradativo.

Situação econômica e 13º salário

Baseando-se no *Boletim Econômico* de outubro ([anexo](#)), o professor José Roberto Ruggiero, assessor da Propeg, falou sobre a situação orçamentária e financeira da Unesp.

Classificando o momento como de “otimismo cauteloso”, ele citou a arrecadação do ICMS de setembro, que superou as expectativas. Os valores arrecadados em setembro/2020 (cota-parte do estado) foram de R\$ 9.810,8 bilhões, o que supera em

9,15% (nominalmente) e em 5,83% (já com deflação) os de setembro/2019 (R\$8.988,5 bilhões), em valores nominais.

Membros do Chapão fizeram alguns questionamentos a respeito do pagamento do 13º salário, informando que há uma apreensão na comunidade, que espera um comunicado claro da reitoria, tendo em vista todos os dados apresentados pela equipe econômica. Também destacaram as perdas salariais dos servidores técnico-administrativos e docentes nos últimos anos.

Embora insistindo na necessidade de cautela, o professor Ruggiero respondeu que, tecnicamente, a reitoria tem as condições de pagar o 13º no final do ano. Neste momento, o reitor, professor Sandro Valentini, interveio e confirmou que o pagamento será feito e que sairá um comunicado específico sobre isso, explicando se será pago de uma ou duas parcelas; disse ainda que aguarda a discussão da peça orçamentária de 2021 por parte do CADE para definir sobre as datas de pagamento do 13º salário para todos.

Reunião extra sobre orçamento

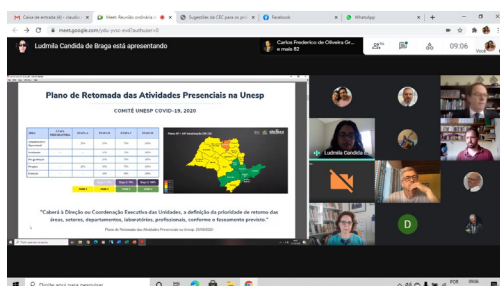
Após a definição da peça orçamentária de 2021 no CADE, o assunto irá ao CO para discussão e aprovação final. Considerando o fato de que a reunião prevista para 17/12 já tem uma pauta extensa (finalização e despedidas dos atuais membros da reitoria, menções dos conselheiros etc.), membros do Chapão Sintunesp/Associações propuseram a realização de uma reunião extraordinária tendo o orçamento de 2021 como único ponto de pauta. O reitor concordou com a proposta e comprometeu-se a avaliar com a Secretaria Geral uma data oportuna, após todas as discussões da matéria no CADE e antes do dia 17/12.

Chapa eleita para a reitoria

Houve várias falas na reunião sobre a finalização do processo eleitoral (*veja detalhes na página seguinte sobre a reunião do Colégio Eleitoral*), ocorrida na véspera. Membros do Chapão usaram a palavra para expressar o desejo de que a Unesp possa sair fortalecida do processo eleitoral e que todos atuem em prol de uma universidade unida e coesa, que seja viva, plural e de ponta a ponta.

Outros pontos

Repercussão do PL 529 e preocupação com o PL 627 - O reitor ressaltou a importância da retirada das universidades e da Fapesp do PL 529, que antes previa a devolução do chamado superávit orçamentário de 2019 para os cofres do tesouro estadual, Outros conselheiros lamentaram os prejuízos mantidos no projeto após sua aprovação, como a extinção de importantes órgãos públicos. Também manifestaram preocupação com o PL



627/2020, em tramitação na Alesp, e que trata da Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano que vem. Este projeto prevê o confisco de 30% das verbas destinadas à Fapesp, que é um órgão muito importante no financiamento das pesquisas no estado.

Recurso contra rebaixamento – Após Comissão Permanente de Avaliação (CPA) determinar a perda do regime de dedicação exclusiva do professor Eduardo Mei, de Franca, a presente reunião do CO concordou com o parecerista, que havia dado razão ao recurso, e reverteu a medida. A votação registrou 59 votos favoráveis, 13 contrários e duas abstenções. Membros do Chapão votaram a favor do recurso, após algumas colocações sobre o olhar “seletivo” da CPA, que não atenta para casos de real burla do trabalho, preferindo punir bons docentes que, eventualmente, possam se destacar mais no desenvolvimento de algumas dimensões do trabalho, como docência, gestão e extensão. Eles também lembram que há situações que envolvem servidores técnico-administrativos com falhas no desempenho, e que também têm direito a novas chances de recuperar eventuais falhas em seu desempenho. Porém, via de regra, o tratamento dado aos técnico-administrativos é diferenciado, sendo que, até hoje, somente um recurso com este teor foi acatado no CO.

Vale alimentação dos professores substitutos – Em seu informe, o pró-reitor Leonardo Theodoro Büll disse que a Universidade voltou a pagar o vale alimentação integral aos professores substitutos, após a Adunesp vencer ação na justiça. O corte havia sido determinado em 2017.

Carreira dos pesquisadores – A matéria voltou ao CO após adiamento da última reunião, devido a alguns pontos polêmicos. Entre eles, estava a obrigatoriedade de o pesquisador ministrar aulas na graduação. A decisão final foi por estabelecer uma colaboração não obrigatória. Também foram definidos critérios para as situações de atividade concomitante remunerada. A progressão obrigatória na carreira, em determinada etapa, também foi descartada.

Títulos concedidos – A reunião do CO aprovou a concessão do título “Honoris Causa” ao professor Luís Sobrevia, a Ignácio de Loyola Brandão e a Adélia Lúcia Borges.

Funcionamento restritivo

Para os membros do Chapão Sintunesp/Associações, a atual dinâmica na condução das reuniões do CO tem sido restritiva, especialmente pelo fato de a palavra dos membros não ser um real momento de comunicação com o restante do colegiado. Eles entendem que há um excessivo tempo destinado às apresentações, repetição de destaques na fala do reitor e outros pontos que poderiam ser reduzidos. Com isso, não resta tempo para a comunicação dos conselheiros, embora as reuniões cheguem a ter 10 horas de duração.

Eles consideram que é preciso pensar em alternativas, como o encaminhamento das apresentações previamente aos conselheiros por *e-mail*, reduzindo o tempo de apresentação e abrindo diretamente às perguntas. Isso abriria oportunidade para que os membros também possam se comunicar com a Reitoria.

Para assistir

CO de 22/10/2020

Primeira parte: <https://youtu.be/8LOLghFF-U0>

Segunda parte: <https://youtu.be/JztykbH5C5I>

Colégio Eleitoral reuniu-se na véspera

O Colégio Eleitoral – composto pelos membros do CO, CADE e CEPE – reuniu-se em 21/10 para homologar o resultado das eleições e montar a lista tríplice a ser enviada ao governador. Como cabe a ele a palavra final, houve várias falas de conselheiros reforçando a necessidade de respeito à autonomia universitária e à decisão da comunidade.

A lista ficou assim montada:

1. Pasqual Barretti e Maysa Furlan (vencedores na consulta)
2. Enes Furlani Junior e Héctor Luis Saint-Pierre;
3. José Alexandre de Jesus Perinotto e Cleópatra da Silva Planeta (indicação apenas formal)

Houve muitos elogios ao trabalho da Comissão Eleitoral Central (CEC), composta por professores e técnico-administrativos, inclusive membros do Chapão Sintunesp/Associações. Também houve cumprimentos ao Sintunesp pela realização de sua *live*/debate com as chapas.

Alguns conselheiros enfatizaram a necessidade de uma ampla e prévia discussão em relação ao próximo processo eleitoral, de modo a permitir que a comunidade discuta e decida sobre questões como a paridade, pois em várias instituições já há a garantia de “peso” igual entre os três segmentos.

A CEC deixou um documento com suas sugestões:

SUGESTÕES DA CEC PARA OS PRÓXIMOS PLEITOS

Como forma de auxiliar em pleitos futuros, e diante da experiência adquirida, a CEC traz ao Colégio Eleitoral da Unesp algumas sugestões para serem discutidas, se assim o colegiado desejar, em momento oportuno:

1. Elaboração de uma portaria que defina claramente as atribuições da Comissão Eleitoral Central, assim como assegure à mesma plena autonomia no cumprimento de suas atividades;
2. Especificação de uma norma jurídica como base para a Regulamentação da consulta à comunidade unespiana, para o caso das eleições de Reitor e Diretores. É importante lembrar que há diferenças entre consulta à comunidade e eleição. Assim, entende-se que a discussão sobre a utilização da regra geral de eleições (ou outra regra jurídica) deve ser realizada pelo Colégio Eleitoral, amparada pela Assessoria Jurídica da Universidade.
3. Definição da Comissão Eleitoral Central cerca de 1,5 ano antes da consulta para reitor ocorrer, de forma a permitir que alterações na regra atual sejam amplamente debatidas nas Congregações das Faculdades e Institutos, assim como respeitar o princípio constitucional da anuidade.
4. Se possível, que um membro da CEC atual faça parte da próxima Comissão Eleitoral Central, transferindo conhecimento e experiência para a nova equipe.
5. Que um membro titular da CEC seja da Assessoria Jurídica da Universidade, já que grande parte das decisões e análises dependem de parecer jurídico.
6. Que um membro titular da CEC seja da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTInf), tendo em consideração que, mesmo em um cenário sem pandemia, é esperado que parte das campanhas futuras ocorra em plataformas digitais e redes sociais.
7. Que seja incorporada na Regulamentação a figura do “assessor oficial de campanha”, assim como definidas as suas funções e atribuições na campanha das chapas.
8. Que as Comissões Eleitorais Locais emitam um documento, assinado pelo Presidente e Coordenador Operacional, atestando que todos os eleitores da unidade foram conferidos e devidamente cadastrados no sistema.